



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Base Legal: Lei Federal nº 14.133/21

1. Objeto:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento por termodestruição e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado obedecendo a legislação vigente.

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor unit.	Valor estimado total
1	Coleta, Transporte, Tratamento e Descarte final dos Resíduos de Serviço de Saúde, oriundos dos estabelecimentos de Serviço de Saúde (Grupos A, B e E) do Município de Lagoa Formosa – Hospital, Centro de Especialidades, UBSs, Centro Odontológico, Farmácia, demais unidades de saúde componentes do sistema público municipal de saúde, além do Canil Municipal, com fornecimento de balança plataforma, comodato e coletores, por empresa especializada nesta prestação de serviço.	KG	10000	R\$12,13	R\$ 121.300,00

1.4. Justificativa e Fundamentação Legal:

A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua de garantir a adequada coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (Grupos A, B e E) gerados pelas unidades integrantes do sistema público municipal de saúde, prevenindo riscos à saúde pública, evitando danos ambientais e assegurando a regularidade sanitária dos estabelecimentos. Considerando que o Município não dispõe de estrutura técnica, equipamentos licenciados ou equipe especializada para execução direta desses serviços, torna-se imprescindível a contratação de empresa habilitada e devidamente licenciada pelos órgãos competentes. A fundamentação legal da contratação encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos, bem como na Resolução RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além das demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

2. Requisitos da contratação:

A contratada deverá ser empresa especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos A (infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), possuindo capacidade técnica comprovada para execução de objeto compatível. Deverá apresentar licenciamento ambiental válido para as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final, expedido pelo órgão competente, bem como comprovar regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária e demais entes fiscalizadores.

A empresa deverá dispor de veículos adequados e devidamente licenciados para transporte de resíduos perigosos, identificados conforme normas vigentes, além de equipe técnica capacitada e treinada para o manuseio seguro dos resíduos. O tratamento deverá ocorrer por meio de incineração ou tecnologia equivalente devidamente licenciada, garantindo a eliminação dos riscos biológicos, químicos e físicos, com emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), Certificado de Destinação Final



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

(CDF) ou documento equivalente que assegure a rastreabilidade e a destinação ambientalmente adequada.

A contratação deverá incluir o fornecimento de balança plataforma para controle e aferição do peso dos resíduos, bem como a disponibilização, em regime de comodato, de coletores temporários e bombonas apropriadas ao acondicionamento dos resíduos, em quantitativo variável conforme a necessidade das unidades geradoras, sem fixação de quantidade mínima ou máxima. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e programada, atendendo todas as unidades indicadas pela Administração, inclusive em caso de alteração de endereços dentro do território municipal, observando integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além das demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

3. Modelo de execução do objeto:

3.1. Execução contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento (incineração/autoclavagem ou tratamento correspondente) e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (Grupos A, B e E), durante o período contratual de 12 meses.

3.2. A empresa deverá realizar a coleta in loco, diretamente nos endereços das unidades da Administração Pública indicados no Termo de Referência, em dias úteis, de 07h às 16h.

3.3. A coleta deverá ocorrer semanalmente, conforme cronograma estabelecido, ou, em caráter excepcional, no prazo máximo de até 3 (três) dias após solicitação formal da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4. Atendimento a todas as unidades indicadas no Termo de Referência, inclusive em caso de alteração de endereços dentro do território do Município.

3.5. Fornecimento e disponibilização, em regime de comodato, de balança plataforma, coletores temporários e bombonas/containers adequados ao acondicionamento dos resíduos, com reposição sempre que necessário, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos.

3.6. As bombonas ou contêineres retirados para o transporte devem ser imediatamente substituídas por outras, vazias e apropriadamente identificadas, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.7. A pesagem dos resíduos deverá ocorrer no momento da coleta, sendo obrigatoriamente acompanhada por servidor público designado em cada unidade, devendo ser emitido e assinado o comprovante de recolhimento, contendo a quantidade efetivamente coletada. A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO).

3.8. Transporte realizado por veículos apropriados, licenciados e identificados para resíduos perigosos, conforme normas ambientais e sanitárias vigentes. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicas, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221 (fevereiro 2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004 (novembro 2004) e Resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

3.9. Tratamento dos resíduos por meio de incineração ou tecnologia equivalente devidamente licenciada, garantindo eliminação dos riscos biológicos, químicos e físicos.

3.10. Emissão obrigatória de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), Certificado de Destinação Final (CDF) ou documento equivalente, assegurando rastreabilidade, contendo os dados do gerador, pesos e classificação dos resíduos por categoria, informações da empresa transportadora e do local de disposição final. O preenchimento deverá ser no ato da pesagem e será acompanhado por um servidor do Município.

3.11. Observância integral às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Resolução RDC nº 222/2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

3.12. Fiscalização da execução por servidor designado pela Administração, com acompanhamento da regularidade das coletas, da documentação e do cumprimento das obrigações contratuais



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

3.13. As unidades a serem atendidas são as que seguem, dentro do território do Município de Lagoa Formosa/MG (CEP único 38720-000):

Observação: Informamos que os endereços poderão sofrer alterações conforme conveniência da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa, devendo esta informar a contratada da alteração.

Local	Endereço
Hospital Municipal Dr. Bininho	Rua Coronel Cristiano, 601, Centro
Centro Médico de Especialidades	Rua Professora Afra da Fonseca, 222, Novo Horizonte
Farmácia Municipal	Rua Deocleciano Mundim, 619, Centro
Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)	Rua Deocleciano Mundim, 617, Centro
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Rua João Gomes da Cruz, 200, Bela Vista
PSF Alzira Borges	Rua Chiquinho Nazário, 114, Santa Cruz
PSF Evandro dos Reis Lima	Av. Clarice Martins de Paula, 220, Nossa Senhora do Rosário
PSF Lázaro Mundim	Rua Juca do Lino, 35, Bela Vista
PSF Sebastião Gontijo	Av. Leão Teotônio de Castro, 116, Novo Horizonte
PSF Beatriz Garcia Machado	Rua Ana Rodrigues de Magalhães, 65, Santa Cruz
Centro de Especialidades Médicas Oftalmológicas	Rua Zeca Lopes, 115, Novo Horizonte
CASEMG/Secretaria Obras	Rua Coronel Cristiano, 316, Centro
Canil Municipal/Centro Zoonoses	Fazenda Maxixe, s/n, Zona Rural, Lagoa Formosa

3.14. Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada.

3.15. A CONTRATADA deverá se enquadrar às normas de tratamento estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC 222/2018 da ANVISA, apresentando mensalmente ao fiscal do contrato documentos comprobatórios da sua realização.

3.16. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os tratamentos adequados para cada tipo de resíduo e suas subdivisões, conforme preceitua a RDC nº 222/2018 da ANVISA.

3.17. Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos.

3.18. A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos RSS e, caso exista alteração do processo de destino, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos.

3.19. Deverá ser emitido pela contratada e entregue aos gestores do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta.

3.20. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, incineradores e motoristas formalmente habilitados pelo MOPP (movimentação de produto perigoso).

3.21. A natureza do serviço é continuada, devido à produção permanente de resíduos de serviço de saúde em ambiente hospitalar.

3.24. O "atesto" da realização do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectadas, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

4. Modelo de gestão do contrato:



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5. Fiscalização e Gestão do Contrato:

5.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de assegurar o cumprimento integral das obrigações pactuadas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato acompanhará a execução dos serviços, registrando no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas, inclusive eventuais irregularidades, notificações para correção, prazos concedidos e medidas adotadas. Deverá, ainda, verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar empenho, pagamento, garantias, glosas, apostilamentos e termos aditivos, solicitando documentos comprobatórios quando necessário. Sempre que identificar situações que ultrapassem sua competência, inclusive aquelas que possam inviabilizar a execução contratual ou demandem decisão administrativa superior, comunicará tempestivamente ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.

5.2. Compete ao gestor do contrato coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, promovendo a atualização dos registros formais da execução, tais como ordens de serviço, relatórios, alterações, prorrogações e demais atos pertinentes, elaborando relatórios gerenciais para verificar a necessidade de adequações contratuais. Caberá também acompanhar os registros realizados pela fiscalização, supervisionar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de liquidação e pagamento da despesa, adotar providências para formalização de eventual processo administrativo de responsabilização e encaminhar a documentação ao setor competente para os procedimentos de liquidação e pagamento, conforme valores apurados pela fiscalização.

5.3. Para fins de designação formal, a fiscalização do contrato será exercida por **Elenice Gonçalves da Silva – Coordenadora de Setor (Fiscal do Contrato)**, e a gestão do contrato será exercida por **Natielle Lorrany Alves Lima – Coordenadora de Setor (Gestora do Contrato)**.

6. Critérios de Medição e de Pagamento:

Recebimento do Objeto

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências.

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.5. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

6.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.7.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.7.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.7.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.7.4. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

6.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

6.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor:

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR UNITÁRIO.

7.2. Para fins de aptidão para a fase de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS.



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2.6. N caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.2.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.2.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.2.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.2.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

7.2.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,05 (cinco centavos).

8. Exigências de habilitação:

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou **Contrato Social** - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido

8.1.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá comprovar a execução compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021,



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

b) Licença ambiental para realização do transporte de resíduos de saúde emitida pelo Órgão Ambiental Responsável, em nome da Licitante.

c) Licença ambiental de operação (LO), emitidas pelo órgão ambiental competente, para tratamento (Incineração e/ou autoclavagem) de resíduos de serviços de saúde dos grupos A, B e E, em nome da Licitante.

d) Licença ambiental de operação (LO), para destinação final dos resíduos, em caso de terceirização, com apresentação de cópia do termo vigente entre a empresa licitante e a empresa proprietária do referido aterro e carta de anuência.

e) Certificado emitido pelo corpo de bombeiros atestando que empreendimento ou edificação possui as medidas segurança contra incêndio, previstas no decreto estadual nº 43805/04 em nome da Licitante.

f) Cadastro técnico federal - IBAMA (Instituto Brasileiro Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

g) Alvará sanitário em nome da Licitante.

h) Alvará de Localização e Funcionamento emitido pelo Município sede da licitante.

i) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, devidamente registrado junto ao CREA e acompanhado da sua respectiva ART.

j) Certidão de quitação e registro de pessoa física e pessoa jurídica junto ao CREA, contrato particular ou registro de trabalho de pelo menos um responsável técnico.

Parágrafo único: Serão aceitas licenças ambientais, alvarás, certificados e demais documentos equivalentes emitidos em nome da matriz ou filial da licitante, inclusive quando localizadas em outra unidade federativa, desde que reste devidamente comprovado o vínculo jurídico entre os estabelecimentos, a compatibilidade dos documentos apresentados com o objeto da presente licitação e a efetiva cobertura das atividades a serem executadas, especialmente quanto à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (Grupos A, B e E), observadas as exigências da legislação ambiental, sanitária e operacional aplicável, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de Inscrição no CNPJ.

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

8.1.4. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que o venha substituir.

- Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo contador.

- **As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;**

- Serão aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- ☐ Publicados em Diário Oficial; ou
- ☐ Publicados em Jornal; ou
- ☐ Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou
- ☐ Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou
- ☐ Por cópia ou fotocópia do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) acompanhado do recibo de entrega do livro digital e termo de autenticação da Junta Comercial.

- Os documentos relativos deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, ou mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

- **No caso do vencedor do Certame ser Microempreendedor Individual (MEI), tendo em vista o tratamento diferenciado de acordo com a legislação brasileira, será dispensado da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, conforme previsto no art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006 e no §2º do art. 1.179 do Código Civil.**

b) A boa situação econômico-financeira da empresa PROPONENTE deverá ser demonstrada através de cálculos de índices dos balanços patrimoniais exigidos na forma da lei, devidamente calculados e assinados pelo contador responsável, conforme especificado abaixo:

- **Índice de Liquidez Geral: $ILG = AC + RLP/PC + Ex.LP$, onde $ILG > 1,0$**
- **Índice de Liquidez Corrente: $ILC = AC/PC$, onde $ILC > 1,0$**
- **Índice de Endividamento Geral: $IEG = (PC + Ex.LP)/AT$, onde $IE < 0,90$**

- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD Sped.

- **Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) ou Índice de Endividamento Geral (IEG) maior que 0,90, será exigido para fins de habilitação Capital Líquido de 10% do valor total estimado da contratação.**



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 (034) 3824-2000

- No cálculo dos índices exigidos, utilizar-se-á os resultados expressos no balanço (demonstrações contábeis) dos dois últimos exercícios sociais exigível.
- As memórias de cálculo dos índices devem ser anexadas pelo licitante à documentação pertinente à qualificação econômico-financeira.

c) Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

8.1.5. DEVERÁ APRESENTAR, AINDA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

- a) Declaração Conjunta devidamente assinada.**
- b) Declaração de ME, EPP ou Equiparadas, se for o caso.**

9. Estimativas do valor da contratação:

9.1. A estimativa do valor anual para a contratação é de **R\$ 121.300,00 (cento e vinte e um mil e trezentos reais)**, considerando a média de preços praticados no mercado para os serviços/produtos especificados, conforme levantamento prévio realizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

10. Adequação orçamentária:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação: **Ficha: 363 / Fonte: 500 / CO: 1002; Recurso Próprio.**

Lagoa Formosa/MG, 14 de maio de 2026.

Natielle Lorrany Alves Lima
Coordenadora de Setor

Laísa Lara Machado
Coordenadora de Setor

Elenice Gonçalves da Silva
Coordenadora de Setor

Aline de Oliveira Braga
Secretária Municipal de Saúde